

Mulheres como o Outro na política brasileira: um balanço das candidatas vice-presidentas, vice-governadoras e vice-prefeitas (2014-2020)

Women as the Other in Brazilian politics: a review of candidates for vice presidents, vice governors and vice mayors (2014-2020)

Mujeres como el Otro en la política brasileña: un balance de las candidatas vice-presidentas, vice-governadoras y vice-alcaldes (2014-2020)

 <https://doi.org/10.47456/simbitica.v10i2.38493>

Alessandra Maia Terra de Faria

Professora de Ciência Política no Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Brasil. E-mail: alessandramtf@puc-rio.br

Jéssica Mayara de Melo Rivetti

Doutoranda em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), com período sanduíche no Programa de Filosofia da Universidade de Granada (UGR). É pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Sociologia da Educação, Cultura e Conhecimento (GPSECC) e do FiloLab - *Philosophy Public Controversies*, com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES-Print). E-mail: jessica.melo@unifesp.br

Carolina Butterby

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP). Bolsista pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: carolinabutterby@gmail.com

RESUMO: Nos últimos anos, a figura das mulheres como vices ganhou visibilidade no cenário político brasileiro. Esse destaque ocorreu, sobretudo, após o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff (PT), em 2014, quando seu vice assumiu a presidência do país. Identificamos que, nas eleições seguintes, houve um aumento significativo de candidaturas de mulheres como vices nas chapas eleitorais, seja a nível nacional, estadual ou municipal. Partindo desse cenário, investigamos qual a posição ocupada pelas vices, observando os dados produzidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e esboçando uma análise sobre esse fenômeno na representação política feminina. Dentre os resultados, observamos que, após o *impeachment*, passa a ser estratégico para o campo conservador amearhar candidatas mulheres representativas de sua visão de mundo, ou seja, no sentido ostensivo de combater o que tais setores classificam como abordagens feministas.

Palavras-chave: vices; elites políticas; violência política de gênero; mulheres na política.

ABSTRACT

In our last years, the figure of women as vices gained more visibility in the Brazilian political scene. This highlight occurs, above all, after the impeachment process against Dilma Rousseff (PT) in 2014, when her vice assumed the presidency of the country. We identified that in the following elections there was a significant increase in women's candidacies as vices on electoral lists, whether at the national, state or municipal level. Based on this scenario, we investigate the position occupied by the vices, observing data obtained by the Superior Electoral

Court and outlining an analysis of this “phenomenon” in female political representation. Among the results, we observed that after the impeachment it becomes strategic for the conservative field to recruit women candidates representing their vision of the world, that is, in the ostensible sense of combating what these sectors classify as feminist approaches.

Keywords: vices; political elites; political gender violence; women in politics.

RESUMEN

En los últimos años, la figura de las mujeres como vices ganó más visibilidad en el escenario político brasileño. Ese destaque ocurrió, sobre todo, después del proceso de *impeachment* de Dilma Rousseff (PT) en 2014, cuando su vice asumió la presidencia del país. Identificamos que en las elecciones siguientes hubo un aumento significativo de las candidaturas de mujeres como vices en las fórmulas electorales, sea a nivel nacional, provincial o alcaldía. Partiendo de ese escenario, investigamos cual el rol ocupado por las vices, mirando los datos producidos por la Corte Superior Electoral y esbozando un análisis sobre ese “fenómeno” en la representación política femenina. Entre los resultados, observamos que después del *impeachment* se convierte estratégico para el campo conservador acumular candidatas mujeres representativas de su visión de mundo, o sea, en el sentido ostensivo de combatir lo que tales sectores califican como abordajes feministas.

Palabras clave: vices; elites políticas; violencia política de género; mujeres en la política.



Introdução

Mais de 75% dos políticos no mundo são homens (União Interparlamentar, 2019). Isso demonstra que, mesmo com os avanços dos direitos políticos das mulheres, ainda há um longo caminho a ser percorrido para alcançarmos a equidade de gênero na representação política. No caso do Brasil, embora os movimentos feministas sejam expressivos e contem com o desenvolvimento de plataformas sólidas, a participação de mulheres no nível institucional ainda permanece baixa (Rangel, 2012). Um exemplo disso foi a eleição tardia da primeira e única Presidenta do país, em 2010, e nosso protagonismo entre os piores casos de sub-representação feminina mundial, cujo posicionamento atual em 142º no ranking de participação de mulheres na política nacional atesta (União Interparlamentar e ONU Mulheres, 2020)¹.

A resistência encontrada pelas mulheres para a ocupação de cargos formais no campo político ocorre por diversas razões, como a estrutura de dominação masculina, a falta de incentivo partidário e familiar, a desigual divisão sexual do trabalho e as mais distintas feições da violência de gênero, seja ela material ou simbólica (Miguel e Biroli, 2009; Matos, 2010:4, Avelar, 1996). Esses pontos auxiliam-nos a pensar por que (e se) as mulheres têm menos condições que os homens para disputar as eleições. Podemos afirmar, segundo a literatura especializada, que a sub-representação feminina ocorre por razões estruturais e não por falta inata de interesse político, confiança ou coragem (Avelar, *op. cit.*; Rangel 2012).

Isto posto, neste artigo, pretendemos realizar uma reflexão que integre as dimensões institucionais, contextuais e culturais e, também, a baixa socialização política e a falta de incentivo familiar e partidário para dar visibilidade a uma posição que até o momento não é privilegiada em análises teóricas: os cargos de vices e sua relação com a dimensão de gênero.

Segundo Piscopo e Kenny (2020), não existem qualificações universalmente reconhecidas para a postulação das candidaturas femininas, mas há requisitos formais e informais, como a atuação partidária, tipos de recursos, capitais e experiências prévias ou não, que moldam a oferta e a demanda dessas agentes. Por meio do mapeamento realizado pela União Interparlamentar e a ONU Mulheres em 2020 sobre as mulheres na política, constatamos que o *teto de cristal* ainda é uma realidade mundialmente, pois foram identificadas apenas 6,6% (10/152) de chefas de Estado eleitas e 6,2% (12/193) de chefas de Governo.²

¹ A colocação aparece no Mapa das Mulheres na Política, que analisou um total de 192 nações.

² Países que contavam com chefas de Governo em 2020 (12): Alemanha, Bangladesh, Barbados, Bélgica, Bolívia (Estado Plurinacional de), Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega, Nova Zelândia, Sérvia e Suíça. Países com chefas de Estado (10): Bolívia (Estado Plurinacional de), Eslováquia, Estônia, Etiópia, Geórgia, Nepal, San Marino, Singapura, Suíça, Trinidad e Tobago. Bolívia e Suíça contavam com mulheres tanto na chefia de governo como de Estado (União Interparlamentar e ONU Mulheres, 2020).

Desse modo, ainda é possível observar resistências concretas para o ingresso das mulheres nas mais altas posições de poder. Quando passamos para o legislativo, encontramos um aumento significativo do número de mulheres 20,5% (57/278) Presidentas de parlamento e, no cargo de vice-presidentas, o número sobe para 25,3% (147/582) (Idem). Em outros termos, podemos interpretar que quanto menor o prestígio de uma posição no campo político, maior será a porcentagem de mulheres (Miguel e Biroli, 2009:67).

As desigualdades enfrentadas devem ser interpretadas por meio do cruzamento de múltiplos marcadores sociais, como gênero, raça, classe, orientação sexual, aspecto geracional, regionalidade e outros (Vergès, 2020). Nessa leitura, somente sob tais perspectivas se pode escapar de uma leitura hegemônica sobre os feminismos, tentando traçar um panorama mais próximo da realidade social enfrentada por aquelas que são sistematicamente invisibilizadas ao longo da história (Perrot, 2005).

Não à toa, o momento que marca a ampliação política dos direitos das mulheres, paradoxalmente, também significou a suspensão e perseguição dos direitos políticos no país. Em 1932, o voto para as mulheres foi instituído de forma facultativa, num movimento em que seguiu-se uma restrição geral das eleições com o Estado Novo. Já em 1964, o Ato Institucional (AI-5) também restringiu as liberdades políticas, ofuscando a possibilidade efetiva da equiparação de direitos, como destacam Limongi *et al.* (2019:1): “os direitos políticos da mulher brasileira só foram equiparados aos dos homens em 1965. O direito de votar, obtido em 1932, não implicou igualdade política entre os gêneros”.

Essa sub-representação decorrente de uma possibilidade de acesso sem maiores políticas de gênero ocorre não por uma ausência de interesse das mulheres em participar ativamente do jogo político, mas sim pelas dificuldades enfrentadas para concorrer, ingressar e permanecer em um espaço que, historicamente, não lhes é “natural” (Avelar, 1996). Podemos afirmar que a conquista do direito ao sufrágio, apesar de ter aberto as portas da política formal, representou apenas um primeiro avanço para que esse direito fosse exercido, o que, posteriormente, exigiu o investimento dos movimentos feministas na luta por políticas de ações afirmativas (Biroli e Miguel, 2015). Nas palavras de Jussara Prá (2003:31), para garantir um exercício efetivo dos direitos políticos, foi necessário “[...] um ativismo constante [...]. A busca pela equidade política de gênero passou a requerer o fomento à igualdade de oportunidades (cotas), tendo como alvo a igualdade de resultados (paridade)”.

Note-se que além de questões estruturais, há também uma resistência entre os pares (classe política majoritariamente formada por homens, brancos, cisgênero e heteronormativos) em reconhecê-las como agentes, ainda que tenham recebido o aval do eleitorado para atuarem como representantes políticas. Esse tipo de violência simbólica de não reconhecimento, é o que se denomina de “protagonismo marginalizado” (Melo, 2016).

No interior das atividades partidárias, as políticas são vistas também como um grupo de pressão interno ao próprio partido, sendo o recrutamento partidário de mulheres em si uma das estratégias para formar alianças. A experiência continuada, preparo e formação das mulheres recrutadas vai, paulatinamente, atuando como uma “escola”, onde as mulheres presentes medeiam e exercem “várias funções em relação aos partidos, tais como potencializar e dinamizar o relacionamento dos partidos com o eleitorado feminino, exercendo o papel de elo comunicativo entre as mulheres e as legendas” (Barros; Silva Nascimento, 2015:198).

Nesse sentido, conforme a mediação da representação política se pluraliza como filtro de interesses, os partidos incorporam mulheres, mesmo que de modo subalterno (Araújo, 2005). Ao promover o adensamento de práticas democráticas, a pluralização pode agir como salvaguarda para interesses das minorias e, conforme apontam Castañeda e Faria (2021), ser associada à dimensão micropolítica, ou seja, às resistências. Sugerimos, aqui, chamar tais processos de modais de representação participativa, pois é possível vincular às resistências às tramas do cotidiano, nas quais Michel de Certeau (1998) localiza táticas que se tecem para lidar com as estratégias desenvolvidas por aqueles que estão em posição de dominação na esfera do poder.

Indicamos algumas questões no horizonte da análise: (i) os fatores em níveis individuais que moldam a ambição política; (ii) as formas como as instituições políticas e organizações partidárias determinam as regras (formais e informais) que estruturam o/a candidata/o e quais os “efeitos” da categoria de gênero; (iii) as políticas ou práticas que auxiliam a ampliação do número de mulheres na disputa por cargos públicos (Piscopo e Kenny, 2020; Prá, 2013).

O contexto político brasileiro que enseja a análise é extremamente polarizado, pois, de um lado, encontramos o bolsonarismo, que pode ser identificado por levantar práticas políticas autoritárias e conservadoras, o liberalismo econômico e a defesa de bandeiras como a moral cristã (Codato *et al.*, 2015; Rubim e Argolo, 2018); do outro, temos a centro-esquerda, que abarca uma ampla gama do espectro progressista em defesa de agendas como os direitos humanos, redistribuição de renda, soberania nacional e outras. Nesse cenário marcado por disputas simbólicas e políticas, esforçamo-nos para refletir sobre a dinâmica de emergência das candidatas a cargos como vice – fenômeno esse que identificamos como parte da cena pública de giro à direita do campo político.

Percebemos que os movimentos de resistência e os feminismos estão cada vez mais em pauta em diversos âmbitos sociais, algo que, é provável, tenha surtido algum impacto no crescimento das candidaturas com a característica de composição com vices mulheres. Para testar essa hipótese, realizamos a sistematização de dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre as eleições de 2014, 2016, 2018 e 2020 sob uma perspectiva de gênero,

observando o número de candidaturas e as vitórias das chapas eleitorais. Após, refletirmos sobre os resultados a partir de uma abordagem sobre representação política.

A observação do fenômeno visa destacar a situação das mulheres como *Outros*, como personagens que estão aquém da História e na sombra dos homens, que têm todo o artefato instrumental ao seu dispor (Perrot, 2005). Ao enfatizar o contexto brasileiro atual, damos visibilidade para as mulheres e passamos a percebê-las desde uma situação ambígua e contraditória em que estão, ao mesmo tempo, mais presentes na cena pública, mas não necessariamente como as protagonistas de suas próprias histórias e das ações políticas.

Além da introdução e das considerações finais do estudo, o artigo está exposto em 5 (cinco) momentos: (1) acepções sobre o *Outro*: disputas simbólicas e políticas; (2) vice-prefeituras e vice-presidência: chapas eleitorais e estratégia política; (3) a transição da primeira Presidenta ao vice “decorativo”; (4) bela, recatada e do lar: o primeiro-damismo em voga; e, (5) o fenômeno das vices.

Acepções sobre o *Outro*: disputas simbólicas e políticas

O que caracteriza a categoria mulher, de acordo com Beauvoir (2016a:16), seria o fato de ser “o *Outro* dentro de uma totalidade”, ou seja, dentro de um sistema de dependência entre o opressor e o oprimido (que, nesse caso, seriam as mulheres).³ Tal situação, contudo, é repleta de ambiguidade em razão de uma certa cumplicidade entre os agentes. A autora observa que “recusar ser o *Outro*, recusar a cumplicidade com o homem seria para elas [mulheres] renunciar a todas as vantagens que a aliança com a casta superior pode lhes conferir. [...] Com o risco econômico, ela [a mulher] esquiva o risco metafísico de uma liberdade que deve inventar seus fins sem auxílios” (Beauvoir, 2016a:17; grifos nossos).

Sendo assim, o homem que constitui a mulher como um *Outro* encontrará nela profundas cumplicidades, pois “a mulher não se reivindica como sujeito porque não possui os meios concretos para tanto, porque sente o laço necessário que a prende ao homem sem reclamar a reciprocidade dele, e porque, muitas vezes, se compraz no seu papel de *Outro*” (Beauvoir, op. cit.:18). Desse modo, a posição da mulher como *Outro* requer criteriosa nuance quando o assunto é opressão. Essa submissão voluntária faria parte do jogo de domínio esperado em relação a ela como sujeito, pois “o fato é que os homens encontram em sua companheira mais cumplicidade do que em geral o

³ Para adentrar o debate sobre a categoria polissêmica “mulher”, sugerimos o seguinte artigo: Cyfer, Ingrid (2015), “Afim, o que é uma mulher? Simone de Beauvoir e ‘a questão do sujeito’ na teoria crítica feminista”. *Lua Nova*, pp. 41-77. Outra referência célebre para esse ponto se encontra na seção “dominação e escravidão” do texto *A fenomenologia do Espírito*, de Hegel (2014), em que o filósofo aborda a dialética do senhor e do escravo para demonstrar como ocorre essa cumplicidade e mútua dependência entre o dominante e o dominado para garantir o reconhecimento de sua existência e posição social.

opressor encontra no oprimido; e disso tiram autoridade para declarar com má-fé que ela *quis* o destino que lhe impuseram” (Beauvoir, 2016b:546).

Ser esse *Outro* de modo implícito também foi meticulosamente externado no trabalho de Edward Said sobre o Oriente, em especial no tocante à dimensão da representação, e suas relações com o colonialismo. O Oriente não seria apenas um vizinho da Europa, mas também a região na qual a Europa criou suas maiores colônias, as mais ricas e antigas, sua fonte contínua de civilizações e línguas, sua contraparte cultural. Said (2008:20-21) define o Oriente como “[...] uma das suas imagens mais profundas e repetidas do *Outro*”⁴.

Dessa forma, o Oriente deve ser considerado como uma parte que integra a civilização e a cultura material europeia. Assim, o orientalismo expressa e representa, a partir de um ponto de vista cultural e ideológico, “um modo de discurso que apóia-se em instituições, um vocabulário, uns ensinamentos, umas imagens, umas doutrinas e, inclusive, umas burocracias e estilos coloniais” (Said, 2008).

Podemos ressaltar a associação do *Outro* à ideia daquele que não pode se representar, mas que precisa ser representado; em relação às mulheres, isso estaria ainda mais naturalizado. Ao citar a perspectiva das mulheres asiáticas oprimidas, o autor ressalta, a partir da análise de uma obra literária, que “[o] produto principal dessa exterioridade é, claro, a representação: já na obra de Ésquilo *Los Persas*, o Oriente deixa de ter a categoria de um *Outro* distante e, às vezes, ameaçador, para se encarnar em figuras relativamente familiares (no caso de Ésquilo, mulheres asiáticas oprimidas)” (Said, 2008:45).

Said relembra o *18 de Brumário*, de Luis Bonaparte, para reforçar seu argumento. Ou seja, a exterioridade da representação está sempre governada pela “certeza” de que se o Oriente pudesse se governar por si mesmo, o faria. No entanto, como não pode fazê-lo, “a representação faz o trabalho para o Ocidente e, *faute de mieux*; para o pobre Oriente. ‘Não podem representar-se a si mesmos, devem ser representados’” (Idem). Desse modo, para o argumento aqui proposto, segundo o qual recuperamos a perspectiva do *Outro* a partir do feminismo de Beauvoir, podemos acrescentar que a transversalidade da abordagem também considera a discussão colonialista como exposta por Said, inclusive no sentido de negar espaço para a representação de si aos grupos considerados *Outros*.

Susan Bordo *et al.* (2000), em contraposição, apresentam uma leitura sobre ser o *Outro* a partir de uma análise do campo acadêmico e de como as pesquisadoras feministas são, frequentemente, marginalizadas e colocadas em “guetos” por seus pares. O exemplo utilizado pela autora é o caso do livro *O Segundo Sexo* que, mesmo com ilustres contribuições e “[...] tendo valor teórico e filosófico, mas somente para o feminismo; sua influência cultural mais geral permanece sem reconhecimento” (Bordo *et al.*, 2000:13). Não obstante, mesmo trabalhando a questão da

⁴ Tradução livre, assim como todas as demais.

alteridade, Bordo *et al.* explicitam que Edward Said também corrobora o discurso de que as feministas contemporâneas estariam mais empenhadas na crítica de gênero do que na crítica cultural geral:

[...] como venho argumentando, continuamos sendo o Outro na autodefinição de nossa disciplina, na história intelectual em geral, e até nas narrativas sobre as mudanças que nós mesmas temos provocado. Assinalar essa Alteridade não significa “lamentar o modo como as feministas foram “Vitimadas” por sua marginalização nas narrativas culturais, nem fazer das feministas as heroínas de uma história cultural revisada, “femininizada” (Bordo *et al.*, 2000:13).

As disputas de poder e de legitimidade ocorrem de modo silencioso em um campo, seja ele acadêmico, intelectual ou político. São as lutas simbólicas por prestígio que estruturam o sistema de dominação e, no caso das mulheres identificadas como feministas, elas são comumente tratadas por seus pares como “vítimas”. Como pressupõe Freud. “ao fazer sua famosa pergunta, que se as mulheres querem algo, isso só pode estar relacionado a seu sexo, elas só podem querer enquanto o Outro” (Bordo *et al.*:24).

Sue Thornham (2000), ao comentar a condição social das mulheres na França, observa, em sentido semelhante, que Kate Millett (1977) denunciou Freud como um agente-chave do patriarcado, e teóricas francesas como Luce Irigaray (1985) e Hélène Cixous (1986) seguiram a análise de Beauvoir a respeito da construção da mulher como o *Outro*, buscando explorar as maneiras pelas quais a língua e a cultura constroem a diferença sexual. Para tanto, Thornham observa que a base de reflexão foi a teoria psicanalítica do francês Jacques Lacan (1998, 2005).

A partir da discussão sobre a diferença sexual como algo construído na e pela linguagem (Lacan, 1998), de várias maneiras, Irigaray (1985) e Cixous (1986) buscaram estabelecer uma identidade feminina, uma linguagem e uma escrita que subverteria e/ou desconstruiria a “ordem simbólica” descrita por Lacan (2005). Ao fazê-lo, abriram-se para o feminismo questões de investigação sobre a relação entre o desejo e a linguagem e sobre a construção de identidade. Seu trabalho foi retomado por feministas anglo-americanas, teóricos dos estudos literários, culturais e cinematográficos na década de 1980, mas também foi desafiado por feministas materialistas que insistiam nas raízes sociais e econômicas da opressão das mulheres, como mais recentemente observa Silvia Federici (2017), bem como na lógica colonial.

Nessa direção, e observando a materialidade e o campo da linguagem, sugerimos como forma vantajosa de análise e avaliação da ideia de representação política o lugar das vices, na política brasileira, como *Outros*. Para isso, partimos também de Nadia Urbinati, que afirma que a representação política não deveria ser considerada como uma “*second best*” (segunda melhor opção) em relação à democracia direta:

Este livro explora (e defende) os argumentos da minoria que acredita que democracia e representação são complementares antes que antitéticas. Seus argumentos subvertem ambos os tipos de ceticismo porque **eles negam que a representação seja um expediente [conveniente] ou segunda opção**, e afirmam que a representação é elaborada para expandir a participação democrática e de fato é essencial à democracia – em outras palavras, que a representação democrática não é um oxímoro (Urbinati, 2006:4; grifos nossos).⁵

Sendo assim, para Urbinati seria apropriado interpretar a representação como uma instituição democrática, em vez de um expediente comum ou uma segunda opção, o que coincide com a reabilitação de uma inescapável dimensão ideológica da política.⁶ Acrescenta-se, aqui, ao sugerir a discussão sobre o *locus*, a posição das mulheres como “*second best*” (segunda melhor), ou seja, ocupando uma posição acessória, adjacente, às sombras ou secundária na cena pública.

Esse é um paradoxo constituinte desde as feministas Olympe de Gouges e Mary Wollstonecraft; por exemplo, as mulheres são metade da população, e, ainda assim, estão alijadas de seus direitos. Se as eleições e a representação foram consideradas “*second best*” em relação ao ideal de democracia direta, mesmo com o exponencial numérico de inclusão que permitiram, algo paradoxalmente numérico e conceitual também ocorre com a participação concreta da mulher no cenário representativo. A mulher é incorporada, mas como um “outro”, muitas vezes não pelo reconhecimento de critérios de justiça e pluralidade desejáveis, mas como consequência da inclusão de cláusulas de paridade nos sistemas eleitorais. Consideramos enfaticamente que esse tema deve ser um eixo central ao debate democrático, seja na dimensão quantitativa ou conceitualmente observável.

Vice-prefeituras e vice-presidência: chapas eleitorais e estratégia política

A vice-prefeitura, em semelhança por princípio de simetria à vice-presidência, em termos federais, é a segunda pessoa em exercício no cargo do executivo municipal. No Brasil, essa representação é eleita por meio de voto direto a cada quatro anos e simultaneamente à escolha da/o prefeita/o, de modo vinculado, conforme apontado pela Constituição Federal, no Artigo 29, incisos I e II. A pessoa à frente da vice-prefeitura substitui a/o prefeita/o municipal em caso de ausência por licença ou outro impedimento. As Leis Orgânicas dos municípios estabelecem, normalmente, que

⁵ “This book explores (and defends) the arguments of the minority that believes democracy and representation are complementary rather than antithetical. Their arguments subvert both kinds of skepticism because they deny that representation is an expedient or second best, and assert that representation is primed to expand democratic participation and in fact is essential to democracy – in other words, that democratic representation is not an oxymoron” (Urbinati, 2006:4; grifos nossos).

⁶ “Então é apropriado dizer que o conhecimento sobre a representação como uma instituição democrática, mais do que como um expediente ou segunda opção, coincide com a reabilitação de uma dimensão ideológica inescapável da política”. [“So it is appropriate to say that the understanding of representation as a democratic institution, rather than an expedient or a second best, coincides with the rehabilitation of an unavoidable ideological dimension of politics”] (Urbinati, 2006:228).

a/o vice-prefeita/o pode substituir a/o prefeita/o no caso de vacância e auxiliá-la/o sempre que for por ela/e convocada/o para missões especiais.

Como a Constituição de 1988 não definiu as funções a serem exercidas pela/o vice, este deve agir sempre em consoante ao observado na Constituição Federal, na Constituição Estadual e na Lei Orgânica de seu Município; ao vice-Prefeito se aplicam também a Lei N° 8.429, de 02/06/1992, sobre improbidade administrativa; a Lei N° 8.666, de 21 /06/1993, sobre licitações e contratos públicos; e a Lei Complementar N° 101, de 04/05/2000, sobre a responsabilidade fiscal (Agência Pública, 2002). Assim sendo, faz-se uso do princípio da simetria, ou seja, à semelhança ao exposto no Artigo 79 da Constituição de 1988.

Segundo aponta a literatura, os regimes presidencialistas da América Latina contam com um número considerável de interrupções de mandato presidencial que levaram vice-presidentes ao Executivo, pois, desde 1981, ao menos treze vice-presidentes substituíram os Presidentes em sete países, entre eles, Bolívia, Brasil, Equador, Guatemala, Paraguai, Peru e Venezuela. Do ponto de vista da Ciência Política, existe um debate em torno das possíveis consequências da sucessão presidencial para a representação política, em especial quando o vice-presidente é de outro partido (Lopes, 2020:87; Sribman Mittelman, 2019).

A vice-presidência não se resume à substituição da presidência (Lopes, 2020; Ugglá, 2020). No caso brasileiro, por exemplo, pode inclusive haver nomeação para o cargo de ministro, como foi o caso do vice-presidente José Alencar, que foi ministro da Defesa entre 2004 e 2006 e desempenhou um papel importante no processo de nomeação de civis para tal cargo na chamada consolidação democrática. Curiosamente, esse mesmo cargo seria retornado aos militares por um vice-presidente anos mais tarde: Michel Temer, após o *impeachment* de Dilma Rousseff.

Na América Latina, ainda são poucos os trabalhos sobre os modos de seleção dos candidatos à vice-presidência (Mieres e Pampín, 2015; Pignataro e Taylor-Robinson, 2019; Ugglá, 2020; Lopes, 2020). A alta fragmentação e o sistema multipartidário (Nicolau, 2017) são problemas relevantes a serem observados nos sistemas de coalizão partidária e são significativos para a dificuldade de formar coalizões.⁷ Nesse sentido, a escolha da vice-presidência é uma das formas atrativas para formar uma coalizão (Ugglá, 2020; Lopes, 2020).

Segundo o estudo de Ugglá (2020), o candidato à vice-presidência de um partido diferente do candidato à presidência foi o caso de cerca de 31% (71/230) das fórmulas presidenciais mais votadas (primeiro e segundo lugares) na América Latina entre os anos de 1978 e 2018.⁸ Se

⁷ Sobre os conflitos vice-presidenciais na América Latina, confira Sribman Mittelman (2019:67-68).

⁸ De acordo com o Código Eleitoral (1965), o voto ao executivo será sempre em uma chapa eleitoral (mista ou pura) com o objetivo de evitar confrontos e prezar pelo pluralismo político entre as/os candidatas/os eleitas/os e a base governista.

observado o Quadro 1 abaixo, pode-se notar a evolução no tempo das candidaturas mais votadas desde 1989 e quantas entre elas trouxeram mulheres na chapa.

Quadro 1 - Fórmulas eleitorais mais votadas de Presidentes e vices no Brasil desde 1989

Ano	Candidaturas à presidência	Candidaturas de vices
1990	Fernando Collor de Mello (PRN)	Itamar Franco (PRN)
	Luís Inácio Lula da Silva (PT)	José Paulo Bisol (PSB)
1994	Fernando Henrique Cardoso (PSDB)	Marco Maciel (PFL)
	Luís Inácio Lula da Silva (PT)	Aloizio Mercadante (PT)
1998	Fernando Henrique Cardoso (PSDB)	Marco Maciel (PFL)
	Luís Inácio Lula da Silva (PT)	Leonel Brizola (PDT)
2002	Luís Inácio Lula da Silva (PT)	José Alencar (PT)
	José Serra (PSDB)	Rita Camata (PMDB)
2006	Luís Inácio Lula da Silva (PT)	José Alencar (PL)
	Geraldo Alckmin (PSDB)	José Jorge (PFL)
2010	Dilma Rousseff (PT)	Michel Temer (PMDB)
	José Serra (PSDB)	Índio Costa (DEM)
2014	Dilma Rousseff (PT)	Michel Temer (PMDB)
	Aécio Neves (PSDB)	Aloysio Nunes (PSDB)
2018	Jair Bolsonaro (PSL)	Hamilton Mourão (PRTB)
	Fernando Haddad (PT)	Manuela D'Ávila (PCdoB)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Tribunal Superior Eleitoral (2022).

Na série histórica acima, observamos que nunca houve uma vice-presidenta eleita no Brasil. Apenas Rita Camata e Manuela D'Ávila foram parte de chapas competitivas e Dilma Rousseff foi a primeira e única Presidenta eleita e reeleita no país. Em relação aos critérios ligados à trajetória política dos candidatos selecionados, Lopes (2020) realizou um levantamento que mostra que para ser escolhido como vice, no Brasil, ter carreira profissional na vida política é relevante. Nesse sentido, a unanimidade dos candidatos, à exceção de Hamilton Mourão (PRTB), atuou em algum cargo político anterior em Brasília, com experiência nacional.

Destacamos, também, que apenas duas chapas eleitorais vitoriosas, Fernando Collor e Itamar Franco (1990) e Lula e José de Alencar (2002), tiveram uma composição “pura”, já que em vias de regra, a composição mista entre partidos é utilizada como um instrumento político de ampliação das bases eleitorais⁹.

⁹ Os vices Itamar Franco e José de Abreu acabaram mudando de partido após as eleições.

A transição da primeira Presidenta ao vice “decorativo”

Em 2010, sem nunca ter concorrido a nenhum cargo eletivo, Dilma Rousseff, à época, Ministra da Casa Civil, foi anunciada como pré-candidata à Presidência. No evento, ela afirmou que

[...] para ampliar e aprofundar o olhar de Lula, ninguém melhor que uma mulher na presidência da República. Creio que eles têm toda razão. Nós, mulheres, nascemos com o sentimento de cuidar, amparar e proteger. Somos imbatíveis na defesa dos nossos filhos e da nossa família (Trecho do discurso de Dilma no anúncio de sua candidatura, na convenção do Partido dos Trabalhadores, 14 jun. 2010).

Mobilizando uma simbologia do “ser mulher”, “Dilmãe” e seus aliados, o tema da maternagem foi uma das estratégias de sua campanha eleitoral – sobretudo ao longo da reeleição, em 2014.¹⁰ Em 2010, a principal estratégia do Partido dos Trabalhadores (PT) para a transferência de votos do Presidente Lula foi a forte associação entre as imagens dos dois ao longo da campanha eleitoral.¹¹ Houve uma tentativa bem-sucedida de conversão do capital simbólico de Lula em capital político a Rousseff; o “apadrinhamento” legitimou a atuação política da ex-ministra e ampliou sua possível base eleitoral.¹²

Para a viabilização da candidatura, o partido apostou em alianças com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido Democrático Brasileiro (PDT), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido Republicano (PR), o Partido Republicano Brasileiro (PRB), o Partido Social Cristão (PSC), o Partido Trabalhista Cristão (PTC) e o Partido Trabalhista Nacional (PTN), formando a coligação cujo nome foi “Para o Brasil seguir mudando”. Como reiterado por Dilma, naquele momento, cabia a uma mulher continuar os trabalhos do Governo Lula, como o próprio nome da coligação destacava. Votar nela significava aprofundar o caminho que havia sido trilhado até o momento.

Dentro do contexto observado, uma possível vitória da candidata aparece um tanto marginalizada. Eleger Dilma significava, em grande parte, o aprofundamento das conquistas atribuídas a Lula e ao lulismo. À vista disso, interpretamos que o reconhecimento da chegada da primeira mulher à presidência do país foi majoritariamente atribuído pelo próprio partido à outra

¹⁰ Como o *slogan* e *jingle* “Dilma coração valente”, da campanha de 2014.

¹¹ A mesma estratégia foi usada na candidatura de Fernando Haddad, nas eleições gerais de 2018, quando ele assumiu a liderança da chapa, após Lula ter sido impedido de se candidatar. Mesmo com a mudança, a imagem de Lula foi fortemente associada à campanha, na tentativa de transmissão dos votos. Porém, ao final da campanha, no segundo turno, os petistas buscaram dissociar as imagens dos dois políticos, para ampliar os votos, sem os empecilhos que o antipetismo e o antilulismo poderiam produzir.

¹² O próprio partido destacou, em uma publicação no site da Fundação Perseu Abramo a vitória de 2010 como uma expressão da chamada “hegemonia lulista” e como uma “vitória política e eleitoral do lulismo”, delegando menos ênfase à campanha e à competência da candidata. [Consul. 10-01-2022]. Disponível em <https://fpabramo.org.br/2010/12/02/a-vitoria-de-dilma-e-a-hegemonia-lulista>

pessoa, à Lula. No discurso de Rousseff, ela também reiterou seu papel enquanto mulher, seguindo os passos de um mesmo projeto político que seu antecessor.

É mais que simbólico nesse momento. O PT e os partidos aliados estão dizendo algo que eu acho muito importante. E isso é mais que simbólico: **chegou a hora de uma mulher comandar o país**. Eles estão dizendo para aprofundar e ampliar o olhar de Lula. Para aprofundar esse olhar, ninguém melhor do que uma mulher na presidência da República (Trecho do discurso de Dilma no anúncio de sua candidatura, na convenção do Partido dos Trabalhadores, 14 jun. 2010; grifo nosso).

Dois dias antes de ser anunciada oficialmente como candidata à presidência, em 2010, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB),¹³ em sua convenção, também tratou de questões pertinentes à candidatura. Naquele momento, o Presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), se pronunciou destacando a importância da causa das mulheres e defendendo a indicação de uma “mulher competente, que tem [tinha] sido sacerdotisa do serviço público” (G1, 2010; grifos nossos).

No mesmo dia, Michel Temer foi escolhido para compor a chapa ao lado de Dilma, como candidato à vice-presidência da coligação. Em discurso, citou a Constituição de 1988, que garante igualdade entre os gêneros,¹⁴ e a importância desse passo na história do país para que Dilma pudesse se candidatar e, possivelmente, se tornar a primeira Presidenta do país. “Tivemos na época uma antevisão que teríamos uma mulher que seria Presidente da República e essa mulher é Dilma Rousseff!”, disse Temer (G1, 2010).

O candidato era um nome importante em seu partido, visto que, em 2001, havia sido Presidente nacional do mesmo. Até 2010, tinha ocupado o cargo de procurador-geral do Estado de São Paulo, durante o governo de Franco Montoro, e de deputado federal por seis mandatos pela legenda do PMDB, presidindo a Câmara dos Deputados em 1997, formando também uma base aliada para o Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Ao fim do governo tucano, a trajetória política de Temer passou por algumas mudanças e seguindo a onda que levou Lula à presidência em 2002, concorreu como vice-prefeito na chapa de Luiza Erundina (então filiada ao PSB) para a prefeitura da cidade de São Paulo (Folha de São Paulo, 2004). Entre seus principais recursos como político profissional, era interpretado como

[...] conciliador, dono de grande capacidade de diálogo, foi visto por especialistas como o melhor nome disponível dentro do PMDB para o posto de vice-presidente de Dilma Rousseff (PT) — cujo perfil é encarado como mais técnico e menos político (UOL, 2010).

Michel Temer começou sua carreira política no gabinete de Ataliba Nogueira, secretário de Educação do governo de São Paulo, em 1964. Contudo, sua filiação partidária ocorreu apenas após a redemocratização, em 1981, junto ao PMDB (atual MDB), partido ao qual pertence até hoje

¹³ Atualmente, é denominado de Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

¹⁴ Descrita no primeiro inciso do Artigo 5º da Constituição Federal de 1988. C.f.: *Planalto*. [Consul. 10-01-2022]. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

(Revista Piauí, 2018). Além de procurador-geral do Estado de São Paulo durante o governo de Franco Montoro (1983), assumiu posteriormente a Secretaria de Segurança Pública, cargo que viria a ocupar novamente em 1990. É interessante pensar na tensão dos companheiros de chapa: de um lado, há Dilma com seu passado de ex-guerrilheira, presa e torturada; do outro, Michel Temer, figura que representava a lei e a ordem, como ex-secretário de segurança pública.¹⁵

Foi em meio à crise política por que o governo Dilma passava em seu segundo mandato que o vice-presidente começou a se autointitular como “vice decorativo”.¹⁶ O que, a princípio, foi disseminado como motivo de chacota, acabou instrumentalizando um caminho para a deposição de Rousseff, visto que Temer buscava se eximir das decisões governamentais da Presidenta – uma vez que se portava como “decorativo”, e não agente.

A efetiva interrupção do governo de Rousseff ocorreu em 2016, levando à presidência seu vice, Michel Temer (2016-2018) (Araújo, 2018). Naquele momento, a política brasileira deu um giro à direita e, com isso, o *slogan* “Tchau, querida!”, que tomou conta do período, foi direcionado à Rousseff (Matos, 2019), o que marcou um novo momento para a mulher no campo político brasileiro, em que ela deixou de estar em destaque como “protagonista” (Rubim e Argolo, 2018).

Percebemos que, antes, os vices tinham pouco ou quase nenhum espaço nas campanhas e, com as eleições presidenciais de 2018, houve uma mudança em relação à percepção sobre estes. Além de maior visibilidade e atenção dada aos candidatos/as a vice, outra mudança significativa notada foi a forte presença de mulheres ocupando esse lugar nas candidaturas. Por último, mas não menos importante, a frente ampla dos governos progressistas latino-americanos tornou favorável o cenário para a eleição de uma mulher pelo Partido dos Trabalhadores no Brasil. A chegada de Rousseff ao poder foi, portanto, um ponto fora da curva. Acrescidas a tal quadro, as tensões de gênero permearam o questionamento de sua liderança. Isso se deu misturado à grande oposição dos setores conservadores da elite nacional e grupos estrangeiros, que estavam determinados a pôr fim à agenda democrática e popular desenvolvida por Lula e continuada por ela (Matos, 2019; Rubim e Argolo, 2018).

¹⁵ A perspectiva de criação de uma delegacia da mulher no Brasil não teve origem no Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF) nem nos movimentos feministas e de mulheres. Em resposta às críticas feministas sobre o atendimento policial a mulheres em situação de violência, Michel Temer, à época, Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, apresentou a ideia de se criar uma delegacia da mulher, a ser composta por policiais do sexo feminino e especializada em crimes contra as mulheres. A análise do processo de negociação mostra que o Estado de fato absorveu parcialmente as propostas feministas e “traduziu-as” em um serviço policial que se tornou o centro das políticas públicas de combate à violência doméstica em todo o país. Segundo Santos (2010:155), tal “tradução” também significou uma “traição”, na medida em que restringiu a abordagem feminista à criminalização e não permitiu a institucionalização da capacitação das funcionárias das Delegacias de Defesa das Mulheres (DDM) a partir de uma perspectiva feminista.

¹⁶ Uma carta redigida por Michel Temer e enviada a Dilma Rousseff tornou-se motivo de ridicularização nos meios de comunicação hegemônicos. No entanto, trouxe destaque midiático para o vice. Cf. *G1* [Consul.10-01-2022]. Disponível em <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/leia-integra-da-carta-enviada-pelo-vice-michel-temer-dilma.html>

Após a dissolução do governo petista, Michel Temer lhe sucedeu e Marcela Temer, a primeira-dama, obteve destaque midiático por sua performance de trejeitos de feminilidade, ressaltando concepções tradicionais de “ser mulher”. Com um rechaço público à primeira mulher presidenta, volta à cena a prescrição da mulher como primeira-dama, “bela, recatada e do lar”.

“Bela, recatada e do lar” e o primeiro-damismo em voga

Com o recrudescimento político, muitos passos foram dados para trás em relação à agenda feminista e o governo Temer ilustrou claramente esse retrocesso com a sua nova composição ministerial – que não contou com a presença de nenhuma mulher.¹⁷ Foram diversas as reações em relação ao gabinete, pois mais do que uma disputa a nível material, ela se dá no âmbito simbólico a partir do não reconhecimento e interesse sobre a capacidade de atuação tecnoburocrática das mulheres na vida pública. Não à toa, no mesmo período, a primeira-dama ganhou destaque no campo midiático como um “exemplo” de ser mulher.

Marcela Temer foi a primeira mulher a ocupar essa posição no período pós-Dilma e seu papel no governo de seu marido foi mais “decorativo”, como a boa esposa, não tendo nenhuma ação de destaque com voz ativa (Guerrero Valencia e Arana Araya, 2019). Na mídia, era sempre referenciada por sua aparência e, mais precisamente, na divulgação do papel que a mulher “deve” ter – comumente atribuído às primeiras-damas, muito bem resumida na famosa frase “bela, recatada e do lar”. Tal manchete ilustrou a capa da Revista Veja (2016) e teve grande repercussão, colocando a mulher em um lugar específico no campo político, o de acompanhante do Presidente.

Essa posição política tem sido ocupada, majoritariamente, por mulheres, colocando-as em uma posição simbólica tangente à política. O primeiro-damismo pode ser interpretado desde uma chave da tradição peronista com Eva Perón, que é focado na filantropia, dedicando atenção a determinadas causas sociais, por meio de eventos e projetos voltados ao papel de cuidar (Melo, 2016; Melo e Galetti, 2020a). Isso reflete também em um retorno às atividades socialmente atribuídas às mães, sendo costumeiramente representado pela mulher delicada e cuidadora (Torres, 2002; Galetti e Melo, 2020b).

Mesmo desenvolvendo uma função política consensual, assim como suas ações podem exercer influência nas decisões presidenciais, as primeiras-damas dificilmente são vistas como agentes ou membros da elite política já que seu papel é exercido de maneira mais informal. Essa ausência de formalização do papel de primeira-dama dificulta uma apreensão da influência política.

¹⁷ Desde o período ditatorial de Geisel (1974-1979), todos os demais governos tiveram, ao menos, uma mulher em seu corpo ministerial.

Sabe-se apenas que é de comum acordo seguir alguns protocolos como participação em ações filantrópicas e sociais.

As primeiras-damas têm sido crescentemente identificadas como autoridades representativas do governo, participando nas campanhas, dando declarações políticas, participando de turnês e, inclusive, assinando tratados de cooperação com governos e organismos internacionais (Guerrero Valencia e Arana Araya, 2019:32)¹⁸.

No Brasil, com a guinada à direita, foi alterada a posição de destaque da mulher, no campo político, do protagonismo para a mulher adjacente ao Presidente, se considerados os papéis políticos de Dilma Rousseff e Marcela Temer. Tal observação ganha especial teor uma vez que o discurso levantado pelas novas direitas costuma ser o familista, através da moral cristã, da defesa da família nuclear heteronormativa e da ética do cuidado das mulheres como femininas em oposição às feministas.

Na América Latina, também temos diversos exemplos de ex-primeiras-damas, inclusive as novatas na vida pública, que conseguiram utilizar o destaque no campo político como uma alavanca para pleitear cargos eletivos, sobretudo, no Executivo. Podemos observar alguns casos como no Quadro 2, a seguir.

Quadro 2 - Trajetória política das ex-primeiras-damas candidatas na América Latina, 1990-2016

País	Nome	Experiência política prévia (cargo, período)	Período como primeira-Dama	Experiência posterior (cargo que concorreu, ano)	Eleita?	Período
Argentina	Hilda “Chiche” González de Duhalde	Deputada, 1997-2003	2002-2003	Deputada, 2003	Sim	2003-2005
				Senadora, 2005	Sim	2005-2011
	Cristina Fernández de Kirchner	Deputada, 1989-1995	2003-2007	Presidenta, 2007	Sim	2007-2011
		Senadora, 1995-1997				
		Deputada, 1997-2001		Presidenta, 2011	Sim	2011-2015
		Senadora, 2001-2005				
Senadora, 2005-2007						
Costa Rica	Gloria Bejarano Almada	Sem experiência	1990-1994	Legisladora, 2010	Sim	2010-2014

¹⁸ “Las primeras damas están siendo crecientemente identificadas como autoridades representativas del gobierno, participando en campañas, dando declaraciones políticas, participando en giras e incluso firmando tratados de cooperación con gobiernos y organismos internacionales” (Guerrero Valencia; Arana Araya, 2019:32).

	Margarita Penón Góngora	Sem experiência	1986-1990	Legisladora, 2002	Sim	2002-2005
Equador	Ximena Bohórquez Romero	Legisladora, 2003-2006	2003-2006	Legisladora, 2007	Sim	2007-2008
Guatemala	Raquel Blandón de Cerezo	Cargos no Partido Social Cristão, 1981	1986-1991	Vice-presidenta, 2011	Não	-
	Patricia Escobar de Arzú	Sem experiência	1996-2000	Presidenta, 2011	Não	-
	Sandra Torres	Fundadora do Partido Unidade Nacional da Esperança, 2002	2008-2011	Presidenta, 2015	Não	-
Honduras	Xiomara Castro de Zelaya	Sem experiência	2006-2009	Presidenta, 2013	Não	-
Nicarágua	María Dolores Alemán Cardenal	Sem experiência	1997-1999	Legisladora, 2006	Sim	2007-2011
	María Fernanda Flores Alemán	Sem experiência	1999-2002	Legisladora, 2016	Sim	2017-2022
	Rosario Murillo	Legisladora, 1984-1990	1985-1990 2007-2016	Vice-presidenta, 2016	Sim	2017-2022
Panamá	Marta Linares de Martinelli	Sem experiência	2009-2013	Vice-presidenta, 2014	Não	-
Paraguai	Mirta Gusinky	Sem experiência	1998-1999	Senadora, 2013	Sim	2013-2018
	Emilia Alfaro de Franco	Deputada, 2008-2013	2012-2013	Senadora, 2013	Sim	2013-2018
Peru	Susana Higuchi	Sem experiência	1990-1994	Legisladora, 2000	Sim	2000-2001
				Legisladora, 2001	Sim	2001-2006
	Keiko Fujimori	Sem experiência	1994-2000	Legisladora, 2006	Sim	2006-2011
				Presidenta, 2011	Não	-
				Presidenta, 2016	Não	-
República Dominicana	Margarita Cedeño de Fernández	Sem experiência	2004-2012	Vice-presidenta, 2012	Sim	2012-2016
				Vice-presidenta, 2016	Sim	2016-2020
Uruguai	María Julia Pou	Sem experiência	1990-1995	Senadora, 1999	Sim	2000-2005
	Lucía Topolansky	Deputada, 2002-2005	2010-2015	Senadora, 2014	Sim	2015-2020
		Senadora, 2005-2010				
		Senadora, 2010-2015				

Fonte: Guerrero Valencia e Arana Araya (2019:37).

Nove das 21 ex-primeiras-damas do período de 1990-2016 se elegeram para um cargo executivo (presidência ou vice-presidência). Entre elas, cinco eram novatas e não tinham nenhuma experiência prévia na política, se não, a atuação como primeiras-damas. Dessas nove que se candidataram a um cargo do Executivo, apenas duas conseguiram ser eleitas: Margarita Cedeño de Fernández (República Dominicana), que foi vice-presidenta por dois mandatos (2012-2020), e Cristina Fernández de Kirchner (Argentina), que foi Presidenta por dois mandatos (2007-2015) e, anos depois, vice-presidenta (2019).

Fernández de Kirchner foi a primeira-dama do período que possuía mais experiência prévia, ou seja, antes de ser primeira-dama já tinha uma trajetória política consolidada, sendo reconhecida por seus pares como política profissional. No entanto, seu casamento com Néstor Kirchner pode também ter sido um forte fator para sua eleição, uma vez que se elegeu logo após o final do mandato de seu marido compondo um “matrimônio político” (Melo, 2016:90-95).

Em síntese, interpretamos que o primeiro-damismo pode ser um recurso para o ingresso das mulheres ao campo político. Como observamos, nove daquelas que se elegeram a algum cargo (executivo ou legislativo) não tinham nenhuma experiência anterior. Portanto, seu primeiro contato foi a partir do casamento, tendo sido primeiras-damas durante o governo de seus maridos.

Enfatizamos que colocar um holofote sobre as primeiras-damas implica em evidenciar aspectos do cuidado e da maternagem na atuação política feminina, ou seja, algumas dimensões valorativas do campo político orientado por políticas que flertam com dinâmicas conservadoras. Quando nos referimos à intensificação da presença das vices, entendemos que esse fenômeno demonstra que, caso não sejam acompanhantes dos Presidentes, prefeitos, governadores, o outro espaço possível de ação política das mulheres é como o *Outro*. Em outros termos, entendemos que sua agência é colocada às margens de uma atuação política masculina, uma vez que seu protagonismo não é legitimado pelo campo social e por seus pares (Melo, 2016).

O fenômeno das vices

Todos os sistemas democráticos ocupam-se na regulação de sua chefia política, incluindo em suas regras legais as previsões necessárias para o caso de morte, renúncia ou incapacidade do chefe do Executivo. Isso é necessário para evitar duas circunstâncias: o poder vazio e a luta pela sucessão. Para isso, têm existido, ao longo da história e existem na atualidade, diferentes configurações institucionais (Sribman Mittelman, 2019:72)¹⁹.

Em muitos países na América Latina, o desenho institucional escolhido para a sucessão presidencial configura-se por meio da vice-presidência fixa ou rígida. Isto é, pode haver uma chapa

¹⁹ “Todos los sistemas democráticos se ocupan de regular la sucesión de su jefatura política, incluyendo en su ordenamiento legal las provisiones necesarias para el caso de muerte, renuncia o incapacidad del jefe del Ejecutivo. Ello es necesario para evitar dos circunstancias: el vacío de poder y la lucha por la sucesión. Para ello han existido a lo largo de la historia y existen en la actualidad diferentes configuraciones institucionales” (Sribman Mittelman, 2019:72).

eleitoral que é votada como uma fórmula conjunta – votada indivisivelmente para que Presidente e vice permaneçam juntos ao longo do mandato.

Questionamo-nos se podemos interpretar esse aumento expressivo de candidaturas femininas em posições de vices como um fenômeno haja vista ser expressivo que se trata de um momento cultural e social do campo político brasileiro. Existe uma demanda para uma composição mista das chapas políticas? Podemos ler esse aumento progressivo do número de mulheres vices como uma expressão de avanço ou retrocesso?

Na América Latina, nas últimas eleições presidenciais, as candidaturas que foram lideradas por candidatos homens venceram nos seguintes países: Gustavo Petro (2022–), na Colômbia; Pedro Castillo, no Peru (2021–); Alberto Fernández, na Argentina (2019–); e Luis Alberto Lacalle Pou, no Uruguai (2020–). Além disso, outro fato em comum é que suas vices são mulheres: Francia Márquez (Colômbia)²⁰, Dina Boluarte (Peru), Cristina Fernández de Kirchner (Argentina) e Beatriz Argimón (Uruguai).²¹

Nos casos do Chile e México, o cargo de vice-presidenta/e foi extinto. No primeiro, durante os períodos de ausência da figura presidencial, quem assume é a/o ministra/o do Interior e Segurança Pública (Chile, 1833). No México foi abolido em 1917 pela Constituição, sendo o último vice do país, José María Pino Suárez, em 1913. Em Honduras não há oficialmente o cargo, mas sim designados presidenciais. Na Costa Rica, por sua vez, a eleição ocorre de maneira individual alçando ao cargo duas pessoas na posição vice-presidencial. Enquanto em Cuba, o cargo foi criado apenas em 2019 (Sribman Mittelman, 2019).

Os dois últimos pleitos no Brasil não fugiram à regra, tanto nas eleições locais de 2020 quanto nas nacionais, em 2018. O local das mulheres ficou ainda mais restrito ao papel da vice. Nas eleições de 2018, que elegeram o ex-presidente da República, Jair Bolsonaro (à época, PL), nos 27 estados brasileiros, apenas uma mulher foi eleita governadora, Fátima Bezerra (PT), no Rio Grande do Norte. Essa singularidade de Bezerra revela um cenário restrito para as mulheres após a saída de Dilma da presidência (UOL, 2020).

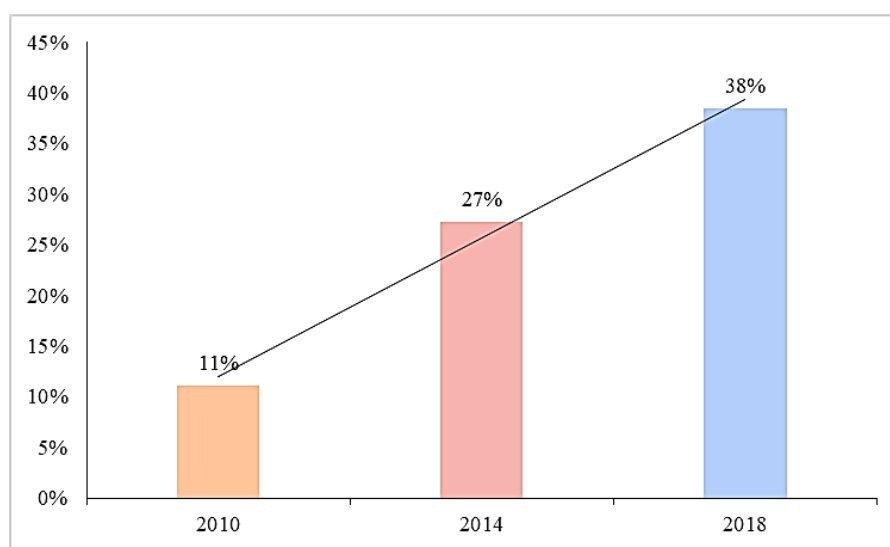
Já na posição de vice, sete mulheres foram eleitas como vice-governadoras – Daniela Cristina Reinehr (PSL), em Santa Catarina; Jaqueline Moraes (PSB), no Espírito Santo; Eliane Aquino (PT), em Sergipe; Regina Sousa (PT), no Piauí; Lígia Feliciano (PDT), na Paraíba; Luciana Santos (PCdoB), em Pernambuco; Izolda Cela (PDT), no Ceará.

²⁰ De 2018 a 2022, a Colômbia foi presidida por Iván Duque Márquez e sua vice também era uma mulher, Marta Lucía Ramírez.

²¹ Na Nicarágua, a primeira-dama, Rosario Murillo, é também a vice-presidenta. Ver mais em <https://cnnespanol.cnn.com/2021/11/02/rosario-murillo-vicepresidenta-esposa-daniel-ortega-nicaragua-orix/>

Quanto aos principais presidenciáveis, havia apenas uma candidata mulher, Marina Silva (Rede). Porém, entre os candidatos com maior destaque²², metade deles possuía uma chapa formada com vices mulheres (BBC, 2018): Fernando Haddad (PT) e Manuela D'Ávila (PCdoB); Ciro Gomes (PDT) e Kátia Abreu (PDT); Geraldo Alckmin (PSDB) e Ana Amélia (PP); Cabo Daciolo (Patriota) e Suelene Balduino (Patriota); e Guilherme Boulos (PSOL) e Sônia Guajajara (PSOL). Essa configuração nas chapas escancarou esse fenômeno das mulheres vices, que tem aumentado ao longo dos pleitos, como indica o gráfico abaixo.

Gráfico 1 - Candidaturas de mulheres à vice-presidência 2010-2018 (%)

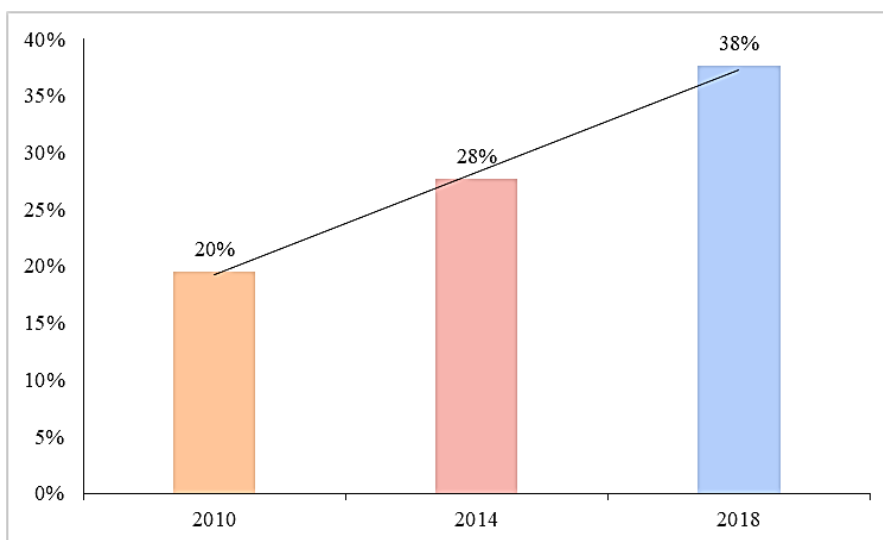


Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Folha de São Paulo(2018).

Ainda em 2018, entre os candidatos ao governo dos estados, segundo levantamento feito pela Folha de São Paulo, havia 67 candidatas a vice-governadoras nas chapas, o que equivale a 37,6% do total. Esse número também demonstra um aumento em relação às eleições gerais anteriores, como podemos observar no gráfico abaixo.

²² Álvaro Dias (Podemos), Cabo Daciolo (Patriota), Ciro Gomes (PDT), Fernando Haddad (PT), Geraldo Alckmin (PSDB), Guilherme Boulos (PSOL), Henrique Meirelles (MDB), Jair Bolsonaro (PSL), João Amoêdo (Novo) e Marina Silva (Rede).

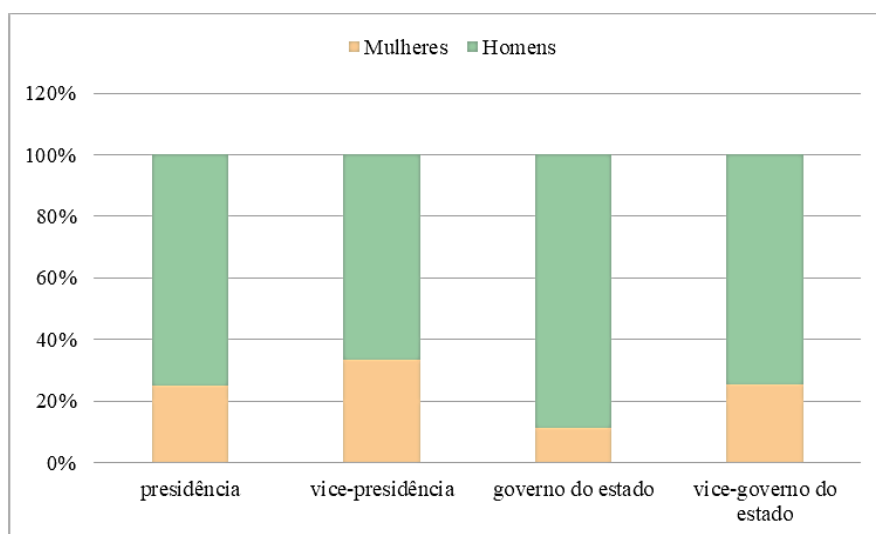
Gráfico 2 - Candidaturas de mulheres a vice-governadoras 2010-2018 (%)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Folha de São Paulo (2018).

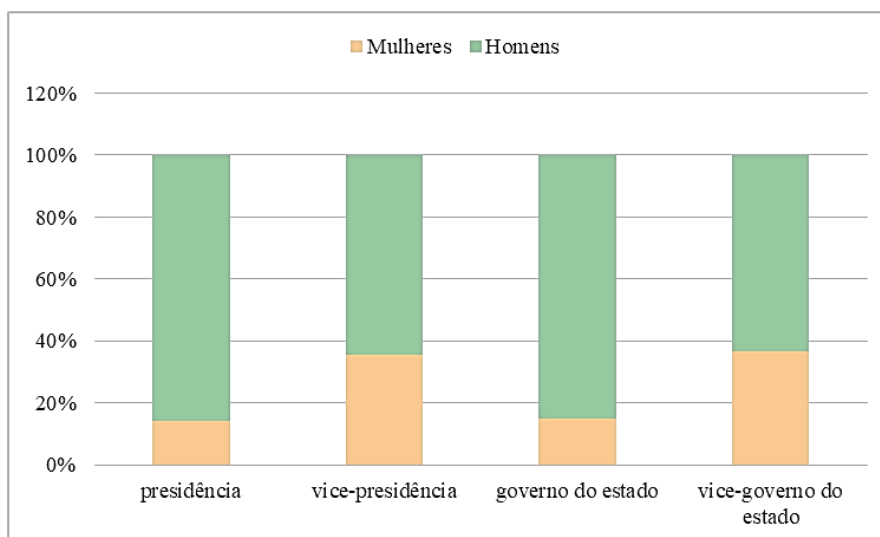
Como demonstram os resultados dos dados coletados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), há uma forte presença de candidatas a vice nas chapas das eleições e, a partir de 2018, esse número torna-se mais significativo. Quando observadas as candidaturas de mulheres à presidência, de 2014 para 2018, diminui o número das que pleiteiam o cargo, passando de 25,0% para 14,3%, enquanto as candidaturas à vice-presidência aumentaram de 33,3% para 35,7%.

Gráfico 3 - Candidaturas nas Eleições Nacionais de 2014 (%)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (2022).

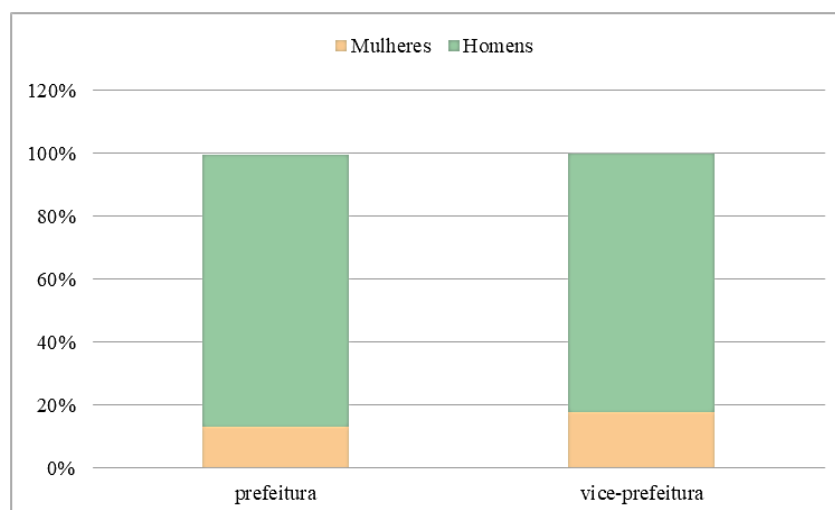
Gráfico 4 - Candidaturas nas Eleições Nacionais de 2018 (%)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (2022).

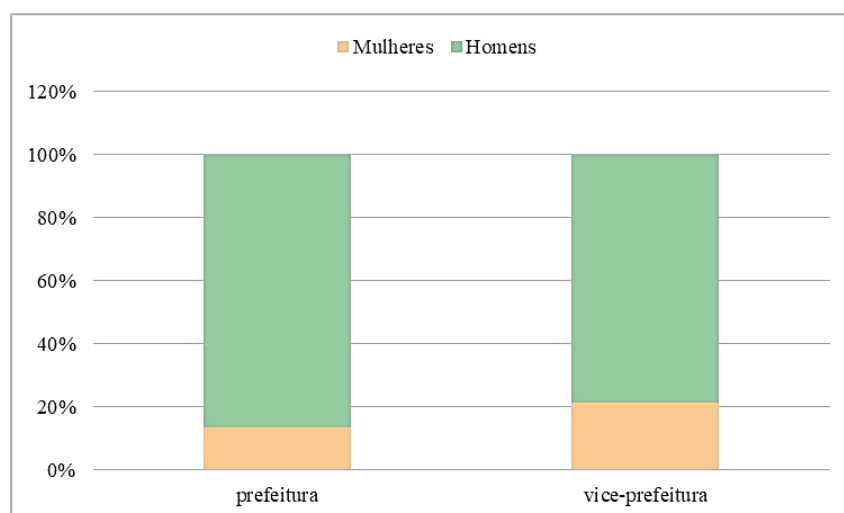
Como destacado anteriormente, nas eleições municipais de 2020, esse movimento se confirmou como uma certa tendência na política brasileira. Ao analisarmos os dados coletados pelo TSE, o índice de candidaturas femininas à prefeitura foi de 13,5%, enquanto para o cargo de vice a taxa foi de 21,3%. Os dados ainda demonstram uma predominância de homens tanto para prefeito (86,5%) como para vices (78,7%), porém, a principal diferença é o maior índice de mulheres concorrendo como vices, ou seja, como “*second best*”.

Gráfico 5 - Candidaturas nas Eleições Municipais de 2016 (%)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (2022).

Gráfico 6 - Candidaturas nas Eleições Municipais de 2020 (%)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (2022).

Na cidade de São Paulo, temos, por exemplo, a ex-prefeita Luiza Erundina (1989-1992), que saiu como candidata a vice-prefeita de Guilherme Boulos (PSOL), disputando o segundo turno com Bruno Covas (PSDB). A ex-prefeita teve, muitas vezes, um papel de destaque na campanha, aparecendo equitativamente em relação ao seu companheiro nas imagens oficiais de marketing eleitoral.

A importância de sua presença, a nível histórico e político, foi repetidamente destacada por seu companheiro de chapa. Erundina também propôs um debate com o candidato a vice de seu opositor, Ricardo Nunes (MDB)²³, o que não chegou a acontecer (Fórum, 2020). Nesse mesmo contexto, em especial, no segundo turno, Covas foi questionado algumas vezes sobre seu companheiro de chapa – que teve destaques negativos, principalmente pelo movimento dos últimos prefeitos de São Paulo do PSDB de não completarem o mandato, deixando o cargo para seus vices. Em entrevista, comentou sobre a presença feminina em sua equipe e a possibilidade de ter uma vice:

O candidato afirmou que acreditava que sua gestão precisava de mais presença feminina, então perguntaram o motivo de Covas não ter escolhido uma vice. ‘Não sei quem apostou que minha vice seria mulher. Até queria, mas escolhi um representante que representasse os dez partidos que me apoiaram desde o primeiro turno’, respondeu o tucano (Veja, 2020b).

Essa passagem marca a importância que os/as vices costumam ter na política brasileira, que é a de certa posição, uma espécie de “moeda de troca” dos partidos aliados de uma mesma coligação. Além disso, ainda no âmbito institucional, essa mudança no perfil das fórmulas eleitorais, com um homem como “cabeça” de chapa e uma mulher como vice, também está

²³ Para ver mais: “Quem é o vice de Covas? Conheça Ricardo Nunes”. *Estadão*. [Consul. 10-01-2022]. Disponível em <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,quem-e-o-vice-de-covas-conheca-ricardo-nunes,70003525244>

relacionada com a implementação das cotas de 30% dos recursos financeiros a serem distribuídos para candidaturas femininas (Miguel e Biroli, 2009:67).

De acordo com Clara Araújo (2005:212), no caso do Brasil, as políticas de cotas podem contribuir durante as eleições, mas “essa contribuição tende a ficar condicionada à lógica do sistema eleitoral, bem como aos arranjos políticos oriundos dessa lógica”. No caso das disputas municipais de 2020, vimos que:

[...] não houve impedimento legal de destinar recursos do Fundo Eleitoral para candidaturas a cargos majoritários – aos quais as cotas não se aplicam – aumentou o número de candidatas ao cargo de vice-presidente e vice-governador. As mulheres, que haviam sido 25,7% das candidatas a vice-governadoras em 2014, passaram a ser 35,7% em 2018. O percentual de candidaturas à cabeça da chapa (governador, no caso) cresceu bem menos: foi de 11,4% em 2014, para 14,9% em 2018 (Marques e Biroli, 2020, s/p).

Apesar de observarmos uma presença acentuada de mulheres na posição de vices no Brasil, não se trata de um movimento exclusivo de nosso país. Como vimos, alguns países da América Latina também seguem essa tendência (Poder 360, 2020), que pode ser entendida como uma estratégia eleitoral – principalmente no contexto brasileiro pós-*impeachment*, em que os olhares ficaram mais atentos aos vices – ou como um fenômeno de acúmulo de capital político para que o candidato ao cargo principal consiga ampliar o eleitorado seja para alcançar os movimentos sociais seja para driblar os mais conservadores quanto à presença da mulher na política.

A partir desse movimento, algumas questões se configuram: as mulheres como vice trazem capital político para a chapa? Por que pode ser interessante essa composição? Para quem pode ser interessante essa composição? A agência das mulheres é reconhecida? Essas são agendas possíveis de investigação futura. A presença da mulher como vice também pode ser amalgamada com demandas das minorias, vide o caso Kamala Harris com Joe Biden, ou figurar como um *Outro* (*second best*) no campo político. Como sempre, agência e estrutura são fatores que podem pesar para um lado ou outro na balança das trocas simbólicas.

Considerações finais

Muitas movimentações têm ocorrido, historicamente, no bojo dos feminismos. As suas reivindicações, a duras penas, entram como pautas do debate público. Não à toa, campanhas reivindicatórias por *Mais Mulheres na Política*²⁴ também se tornaram lugar comum nas mídias hegemônicas. Isto posto, nos cabe a pergunta sobre quem seriam essas mulheres que reivindicamos no campo político.

²⁴ “TSE Promove campanha Mais Mulheres na Política”. *Tribunal Superior Eleitoral*. [Consul. 10-01-2022]. Disponível em <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Julho/tse-promove-campanha-mais-mulheres-na-politica>

Sabe-se que quando feitos recortes de raça, classe, sexualidade e geração, há um abismo enorme entre as candidatas, as eleitoras e as eleitas. Outro fator que também precisa entrar na conta é a questão da regionalidade, haja vista que há desníveis entre eixos metropolitanos, rurais e periféricos. Sendo assim, quem são essas incentivadas a tornarem-se representantes? De onde elas vêm? Qual a sua origem familiar? Qual a sua linhagem política e a que filiação partidária pertencem? Indagações como essas auxiliam a orientar o debate que deve ser colocado em pauta para que roupagens de políticas progressistas não sejam apenas parte de uma política conservadora que encobre a reprodução social das estruturas de racismo, machismo e classismo.

Vale lembrar que o Brasil elegeu e reelegeu, pela primeira vez em sua história, uma mulher Presidenta da República e que, apesar das inúmeras resistências que enfrentou, Dilma não era uma *second best*. Seu impedimento de governabilidade é por nós interpretado como fruto de um arranjo político que abriu caminho à extrema direita no poder, resultando no que se viria a chamar de bolsonarismo. A saída de uma mulher com voz ativa no campo político deu lugar para um retorno ao silenciamento simbólico do feminino, expresso no rol de primeiras-damas e no posto de vices.

Como demonstram os resultados dos dados coletados pelo Tribunal Superior Eleitoral pós-*impeachment*, há atualmente uma forte presença de candidatas a vice nas chapas das eleições e, a partir de 2018, esse número tornou-se mais significativo. Quando observadas as candidaturas de mulheres à presidência, de 2014 a 2018, diminuiu o número das que pleiteavam o cargo, passando de 25% para 14%. Por outro lado, as candidaturas à vice-presidência aumentaram de 33% para 35%, consolidando um padrão observável.

A esse respeito, Françoise Vergès (2020:17) alerta que “os direitos das mulheres, quando esvaziados de toda dimensão radical, tornam-se um trunfo nas mãos dos poderosos”. Assim, apreendemos como em aberto a dinâmica entre agência e estrutura e o não contentamento com as migalhas de relações de poder que posicionam as mulheres como os *Outros* (as *second best*), como o não legítimo ou como “protagonistas marginalizadas” de suas próprias histórias. Se, por um lado, é estratégico entender as estruturas simbólicas que bloqueiam as mulheres na esfera de decisão política, por outro lado, analisar o avanço numérico da participação feminina, em tempos de extrema direita no poder, indica que é hora de rever as agendas e os posicionamentos destas agentes políticas.

Referências

ABREU, Allan (2018), “Minhas casas, minha vida: Patrimônio imobiliário da família Temer cresce quase cinco vezes em vinte anos e chega a 33 milhões de reais”. *Revista Piauí*, ed. 143. [Consult. 15-03-2022]. Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/minhas-casas-minha-vida>

- ARAÚJO, Clara (2018), “Incongruências e dubiedades, deslegitimação e legitimação: o golpe contra Dilma Rousseff”, in L. Rubin e F. Argolo (Orgs.), *O Golpe na perspectiva de gênero*. Salvador, Edufba, pp. 33-50.
- ARAÚJO, Clara (2005), “Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política”. *Revista de Sociologia e Política*, n. 24, pp. 193-215. [Consult. 27-10-2022]. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0104-44782005000100013>
- AGÊNCIA BRASIL (2002), “Vice-prefeitos consultam a CGU sobre direitos e deveres”. [Consult. 10-03-2022]. Disponível em <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/node/626595>
- BARROS, Antonio Teixeira; SILVA NASCIMENTO, Willber da (2021), “Mulheres partidárias: atuação militante e participação nas atividades dos partidos”. *Agenda Política*, [S. l.], v. 9, n. 1, pp. 186-225. [Consult. 27-10-2022]. Disponível em <https://doi.org/10.31990/agenda.2021.1.7>
- BBC (2020), “Eleições nos EUA 2020: Quem é Kamala Harris, a primeira mulher negra eleita vice-presidente dos Estados Unidos”. [Consult. 05-03-2022]. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-54828564>
- BEAUVOIR, Simone (2016a), *O segundo sexo: fatos e mitos*, vol. 1. Tradução de Sérgio Millet. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Fronteira Nova.
- BEAUVOIR, Simone (2016b), *O segundo sexo: a experiência vivida*, vol. 2. Tradução de Sérgio Millet. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Fronteira Nova.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis F. (2015), *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo, Boitempo Editorial.
- BORDO, Susan; ADELMAN, Mirian; SOARES, Luiz Felipe G.; COSTA, Claudia de Lima (2000), “A feminista como o Outro”. *Estudos Feministas*, v. 8, n. 1, pp. 10-29. [Consult. 27-10-2022]. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/24327343>
- BOREKI, Vinicius (2020), “Em capitais, mulheres se lançam mais a cargos majoritários, mas como vices”. *UOL*. [Consult. 12-02-2022]. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/09/30/em-capitais-mulheres-se-lancam-mais-a-cargos-majoritarios-mas-como-vices.htm>
- BRASIL. Código Eleitoral, Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965. [Consult. 15-09-2022]. Disponível em <https://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/codigo-eleitoral-1/codigo-eleitoral-lei-nb0-4.737-de-15-de-julho-de-1965>
- CASTAÑEDA, Marcelo; Faria, Alessandra M. T. (2021), “Do macro ao micro: mediações acerca da representação política”. *Revista Espaço Acadêmico*, 21(229), 134-144. [Consult. 15-09-2022] Disponível em <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/55281>
- CIXOUS, Hélène; CLÉMENT, Catherine (1986), *The Newly Born Woman*, trans. Betsy Wing, Manchester: Manchester University Press.
- CHILE. Constitución de la República de Chile, jurada y promulgada el 25 de Mayo de 1833. la Opinión, 1833.
- CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno; ROEDER, Karolina. M. (2015), “A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador”, in Velasco e Cruz, Kaysel A. e Cudas, G. (orgs.), *Direita, volver!: O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, pp. 115-144.
- FEDERICI, Silvia (2017), *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Trad. coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante.
- FÓRUM (2020), “Vice de Covas, Ricardo Nunes foge de debate com Luiza Erundina”. [Consult. 10-03-2022]. Disponível em <https://revistaforum.com.br/politica/eleicoes-2020/vice-de-covas-ricardo-nunes-foge-de-debate-com-luiza-erundina>
- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO (2010), “Convenção PT: Discurso de Dilma Rousseff”. [Consult. 21-02-2022]. Disponível em <https://fpabramo.org.br/2010/06/14/convencao-pt-discurso-de-dilma-rousseff>

- G1 (2010), “PMDB oficializa Michel Temer como vice na chapa de Dilma”. [Consult. 05-03-2022]. Disponível em <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/06/pmdb-oficializa-michel-temer-como-vice-na-chapa-de-dilma.html>
- GALETTI, Camila C. H.; MELO, Jéssica M. C. (2020b), *Discutindo o ressentimento como potencializador da nova direita* [Consult. 05-03-2022]. Disponível em <https://espacoacademico.wordpress.com/2020/05/17/discutindo-o-ressentimento-como-potencializador-da-nova-direita>
- GUERRERO VALENCIA, Carolina; ARANA ARAYA, Ignacio (2019), “Las primeras damas como miembros de la élite política”. *América Latina Hoy*, v. 81, pp. 31-49. [Consult. 05-10-2022]. Disponível em <https://doi.org/10.14201/alh2019813149>
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich (2014), *A fenomenologia do Espírito*. Petrópolis, Editora Vozes.
- IRIGARAY, Luce (1985), *This Sex Which Is Not One*, trans. Catherine Porter. Ithaca, Cornell University Press.
- LACAN, Jacques (1998), *Função e Campo da Fala e da Linguagem em Psicanálise. Escritos*. Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar.
- LACAN, Jacques (2005), *O Simbólico, o Imaginário e o Real. Nomes-do-Pai*. Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar.
- LIMONGI, Fernando; OLIVEIRA, Juliana S.; SCHMITT, Stefanie T. (2020), “Sufrágio universal, mas... só para homens. O voto feminino no Brasil”. *Revista de Sociologia e Política*, v. 27, pp. 1-22. [Consult. 27-10-2022]. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1678-987319277003>
- LINHARES, Juliana (2016), “Marcela Temer: Bela, Recatada e do Lar”. *Revista Veja*. [Consult. 11-01-2022]. Disponível em <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar>
- LINHARES, Carolina; BOLDRINI, Angela (2004), “Em lados opostos, Erundina e Temer foram chapa em 2004; Marta não quis presidente como vice”. *Folha de São Paulo*. [Consult. 05-03-2022]. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2016/2016/09/1810447-em-lados-opostos-erundina-e-temer-foram-chapa-em-2004-marta-nao-quis-presidente-como-vice.shtml>
- LOPES, Amanda V. (2020), “Escolhendo um companheiro de chapa: seleção de candidatas à vice-presidência”. *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, v. 29, n. 2. [Consult. 30-08-2023]. Disponível em <http://www.scielo.edu.uy/pdf/rucp/v29n2/1688-499X-rucp-29-02-85.pdf>
- MARQUES, Danusa; BIROLI, Flávia (2020), “Mulheres na política: As vices e as brechas na legislação”. *Observatório das Eleições*. [Consult. 02-09-2022]. Disponível em <https://observatoriodaseleicoes.com.br/mulheres-na-politica-as-vices-e-as-brechas-na-legislacao/>
- MATOS, Marlise (2019), “Violence against Women in Politics (VAWIP): The Case of Dilma Rousseff”. *Watson Institute of International & Public Affairs* [out. 2019]. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=8SolfCRJgnQ>
- MATOS, Marlise (2010), “Paradoxos da Incompletude da Cidadania política das Mulheres: novos horizontes para 2010”. *Debate: Opinião Pública e Conjuntura Política*, v. 2, pp. 31-59.
- MELO, Jéssica M. (2016), *Com a palavra, Cristina Kirchner: Os usos da memória de Eva Perón no Bicentenário argentino*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). PPGCS, UNIFESP. 201 p.
- MELO, Jéssica M.; GALETTI, Camila C. H. (2020a), “Melania Trump e o primeiro-damismo nos EUA”. *OPEU, Observatório Político dos Estados Unidos*. [Consult. 02-09-2022]. Disponível em <https://www.opeu.org.br/2020/10/17/melania-trump-e-o-primeiro-damismo-nos-eua>
- MENDONÇA, Heloísa (2020), “Cota para mulheres impulsiona candidaturas à vice, mas homens seguem no controle das cabeças de chapa”. *El País Brasil*, 2020. [Consult. 05-03-2022]. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-11-13/cota-para-mulheres-impulsiona-candidaturas-a-vice-mas-homens-seguem-no-controle-das-cabecas-de-chapa.html>
- MIERES, Pablo; PAMPÍN, Ernesto (2015), “La trayectoria de los vicepresidentes en los regímenes presidencialistas de América”. *Revista de Estudios Políticos*, v. 167, pp. 99-132. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5026331>

- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (2009), “Mídia e representação política feminina: hipóteses de pesquisa”. *Opinião Pública*, v. 15, pp. 55-81. [Consult. 27-10-2022]. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0104-62762009000100003>
- MILLETT, Kate (1997), *Sexual Politics*. London, Virago.
- PERROT, Michelle (2005), *As mulheres ou os silêncios da História*. Bauru, Edusc.
- PRÁ, Jussara Reis (2013), “Cidadania de gênero, democracia paritária e inclusão política das mulheres”. *Gênero na Amazônia*, v. 4, pp. 15-35.
- PICHONELLI, Matheus (2020), “Companheira de chapa”. *UOL*. [Consult. 02-03-2022]. Disponível em <https://www.uol.com.br/universa/reportagens-especiais/lugar-de-mulher-e-na-politica-/#cover>
- PIGNATARO, Adrián; TAYLOR-ROBINSON, Michelle (2019), “Party competition, gender quotas, and enhanced inclusiveness in the selection of vice-presidential candidates”. *Politics, Groups, and Identities*, pp. 1-18. Disponível em <https://doi.org/10.1080/21565503.2019.1637354>
- PISCOPO, Jennifer M.; KENNY, Meryl (2020), “Rethinking the ambition gap: gender and candidate emergence in comparative perspective”. *European Journal of Politics and Gender*, v. 3, n. 1, pp. 3-10. [Consult. 02-03-2022]. Disponível em <https://doi.org/10.1332/251510819X15755447629661>
- RANGEL, Patrícia Duarte (2012), *Movimentos feministas e direitos políticos das mulheres: Argentina e Brasil*. 223 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília.
- RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (Orgs.) (2018), *O Golpe na perspectiva de Gênero*. Salvador: Edufba.
- SAID, Edward (2008), *Orientalismo*. Barcelona: Random House Mondadori, 2a ed.
- SANCHES, Mariana; DIAS CARNEIRO, Júlia (2018), “Eleições 2018: quem são os candidatos a vice e o que agregam a seus presidenciáveis?”. *BBC*. [Consult. 21-02-2022]. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45092075>
- SANTOS, Cecília Mac Dowell, “Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: Absorção/tradução de demandas feministas pelo Estado”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 89, Junho 2010, pp.153-170.
- SRIBMAN MITTELMAN, Ariel (2019), “La vicepresidencia en América Latina: Un mal innecesario”. *América Latina Hoy*, v. 81, pp. 51-75. [Consult. 05-10-2022]. Disponível em <https://doi.org/10.14201/alh2019815175>
- TORRES, Iraíldes Caldas (2002), *As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e poder*. São Paulo, Cortez Editora.
- THORNHAM, Sue (2000), *Feminist theory and cultural studies: Stories of unsettled relations*. London, Bloomsbury Academic.
- UGGLA, Fredrik (2020), “The politics of vice-presidential selection in Latin America”. *Electoral Studies*, v. 65, pp. 1-9. [Consult. 27-10-2022]. Disponível em <https://doi.org/10.1016/j.electstud.2020.102154>
- UNIÃO INTERPARLAMENTAR; ONU MULHERES, (2020), “Mujeres en la política: 2020”. [Consult. 05-03-2022]. Disponível em <https://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/library/publications/2020/women-in-politics-map-2020-es.pdf?la=en&vs=828>
- URBINATI, Nadia (2006), *Representative Democracy: Principles and Genealogy*. Chicago & London: University of Chicago Press.
- UOL (2010), “Conheça a trajetória de Michel Temer (PMDB), vice de Dilma Rousseff (PT)”. [Consult. 02-03-2022]. Disponível em <https://eleicoes.uol.com.br/2010/pre-candidatos/conheca-a-trajetoria-do-deputado-michel-temer-pmdb-sp-vice-da-pre-candidata-dilma-rousseff-pt.jhtm>
- VASCONCELOS, Adriana (2020), “A vida nada fácil das mulheres eleitas”. *Poder 360*. [Consult. 05-03-2022]. Disponível em <https://www.poder360.com.br/opiniaio/brasil/a-vida-nada-facil-das-mulheres-eleitas-por-adriana-vasconcelos>
- VEJA (2020a), “Biden flerta com a candidatura de Michelle Obama como sua vice”. [Consult. 15-03-2022]. Disponível em <https://veja.abril.com.br/mundo/biden-flerta-com-candidatura-de-michelle-obama-como-sua-vice>

VEJA (2020b), “Covas se irrita com pergunta em sabatina: Gostam de acabar com a vida do meu vice”. [Consult. 05-03-2022]. Disponível em <https://vejasp.abril.com.br/cidades/bruno-covas-ricardo-nunes-radio-cbn>

VERGÈS, Françoise (2020), *Um feminismo Decolonial*. Tradução: Jamille Pinheiro e Raquel Camargo. São Paulo: Editora Ubu.

Anexo

Siglas dos Partidos Políticos	
DEM	Democratas
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Brasileiro
PFL	Partido da Frente Liberal (atual DEM)
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro (atual MDB)
PR	Partido Republicano
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PRN	Partido Republicano Nacionalista
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PTN	Partido Trabalhista Nacional

Recebido em 20-05-2022
Modificado em 17-08-2022
Aceito para publicação em 25-10-2022